

Área social ficará à míngua

ANA CLAUDIA BARBOSA

BRASÍLIA —

Uma conversa entre o Presidente Fernando Collor e o Secretário Nacional de Planejamento, Pedro Pa-



rente, marcou o começo do esforço do Palácio do Planalto na tentativa de encontrar apoio para o combate à crise econômica do País. Assim que tomou conhecimento dos números do Orçamento da União para 1992, Collor se impressionou com a escassez de recursos para áreas prioritárias, como saúde, educação e habitação. O trabalho desenvolvido pelos técnicos do Departamento de Orçamento da União (DOU), ligado à Secretaria, estava cada vez mais complicado. Para concluir a distribuição de verbas entre essas áreas, foi preciso eleger alguns projetos essenciais dentro do que era considerado prioritário.

Consciente dessa realidade, o Presidente mudou o jogo e passou a mostrar claramente em suas conversas com políticos a situação de penúria vivida pelo Estado. Situação essa que somente poderá ser corrigida se houver disposição para mudar a Constituição em vigor. Tirando o custeio da máquina administrativa (Cr\$ 5 trilhões), serviço da dívida pública (Cr\$ 24 trilhões) e transferências constitucionais para Estados e Municípios (Cr\$ 4

trilhões), restarão apenas Cr\$ 16 trilhões como margem de manobra para investimentos.

Para se ter uma radiografia real da situação, o Secretário Nacional de Planejamento costuma citar números que considera essenciais. Em 1983, mais de 77% do Orçamento era receita disponível para a União. Em 1991, esse percentual caiu para 13,9%. Os valores destinados para áreas prioritárias do Governo em 1992 também mostram claramente a dificuldade em manter o nível de investimentos e custeio atual.

O setor de saúde terá em 1992 Cr\$ 2,5 trilhões (valores de abril) para custeio e apenas Cr\$ 691 bilhões para investimentos. Na área da educação a verba prevista no Orçamento é de Cr\$ 1 trilhão para custeio e Cr\$ 291 bilhões para investimentos. A situação mais grave é a da habitação. Foram destinados Cr\$ 2,6 bilhões para custeio e Cr\$ 45 bilhões para investimentos.

Este ano, o orçamento está contingenciado em 65%, deixando pouco espaço para a continuidade das obras em andamento. Dos Cr\$ 160 bilhões que o setor de habitação teria para investimentos, apenas Cr\$ 11 bilhões serão liberados. Na área da saúde foram dotados Cr\$ 755 bilhões para investimentos, mas com o contingenciamento, Cr\$ 497 bilhões não serão repassados. O mesmo acontece na área da educação: Dos Cr\$ 350 bilhões alocados para investimentos, Cr\$ 137 bilhões ficarão bloqueados.

O PAIS • 5

em 92